

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Olho nele

O fato de o ex-presidente da França, Nicolas Sarkozy, praticamente, lançar uma pré-candidatura do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, ao Planalto, foi visto com um certo ânimo por políticos. No mínimo, daria um bom vice. Ficha limpa e fala bem.

## Para completar...

Nas entrelinhas, teve deputado de centro dizendo que Barroso ainda fez uma crítica indireta ao PT, ao afirmar que o país não venceu o preconceito em relação ao sucesso empresarial.

## Nem vem

Barroso, porém, descarta a empreitada: "Isso nem passa pela minha cabeça". Barroso não diz, mas a ala bolsonarista recorda que, para o jus que se meteu em política, no caso, Sergio Moro, a vida parece ter ficado mais difícil.



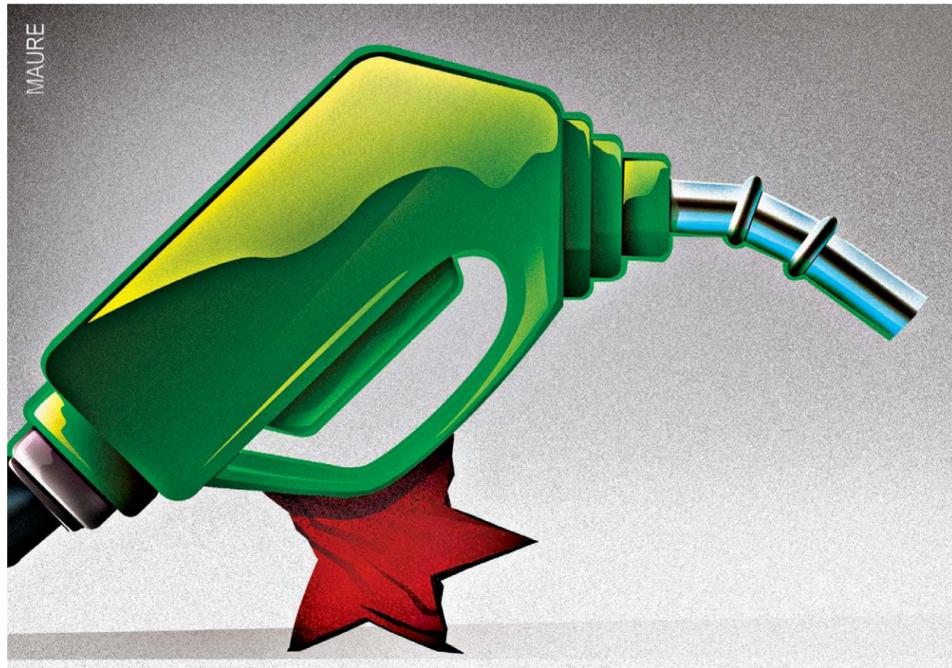
**O desafio no BNDES não é matar um leão por dia. É desviar das antas"**

**Do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, Aloizio Mercadante, referindo-se ao desafio de gerir o patrimônio da instituição. Não falta quem se aproxime dele para pedir um empréstimo.**

## Governo resiste à pressão da Petrobras

Desde que estourou a guerra em Israel, os acionistas minoritários da Petrobras pressionam pedindo aumento do preço do diesel, segundo relatos que chegaram a autoridades brasileiras. Até aqui, a avaliação é a de que não existe motivos para isso, porque a área afetada pela guerra não está entre os maiores fornecedores. Logo, dá para segurar o preço.

Fique de olho: Até aqui, porém, o governo conseguiu ganhar tempo, mas ainda não vence esta batalha. Na semana que vem, haverá uma reunião em Brasília para apresentação dos números. Dentro do governo, já há quem diga que, ao virar diretor da Petrobras, muitos esquecem a função social da empresa.



## CURTIDAS

Miguel Schincariol/AFP



**A aposta de quem conhece/** Ex-ministro de Comunicações de Jair Bolsonaro, o ex-deputado Fábio Faria considera dois nomes ligados ao ex-presidente com potencial para concorrer ao Planalto com a bandeira dos conservadores: ou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (foto), ou a senadora Tereza Cristina.

**Tá explicado/** Ao justificar por que o think tank Esfera Brasil escolheu Paris para seu primeiro Fórum internacional, a CEO Camila Camargo explicou que a França se coloca hoje como grande parceira do Brasil na questão ambiental. "A ideia é justamente ajudar a estreitar esses laços."

**Deu quorum/** Deputados que estavam no evento do LIDE, em Londres, sobre reforma tributária seguiram direto para o Fórum Esfera, em Paris. A cidade-luz serve de cenário para combinar a semana que vem. Pelo menos, entre o PP e o MDB.

## 8 DE JANEIRO

# Relatório paralelo à CPMI

Senador da oposição, Izalci protocola documento alternativo e pede indiciamento de Flávio Dino e Gonçalves Dias

» VICTOR CORREIA

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Texto de Izalci Lucas (PSDB-DF) será apresentado na terça-feira à CPMI, juntamente com o relatório oficial, da relatora Eliziane Gama (PSD-MA)

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) protocolou, ontem, um relatório paralelo à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os ataques golpistas de 8 de janeiro, em Brasília. O documento, obtido pelo **Correio**, pede que o Ministério Público Federal (MPF) tome ações legais para responsabilizar, civil ou criminalmente, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Gonçalves Dias. Entre os crimes atribuídos aos dois pelo senador estão prevaricação, omissão imprópria, obstrução de Justiça e improbidade administrativa, além de outras condutas apontadas individualmente.

O relatório também envia ao Senado três projetos de resolução que têm o objetivo de ajustar o mecanismo das CPIs. Eles tratam da suspeição e impedimento dos relatores, do "sequestro" da investigação parlamentar pela "maioria de ocasião" e para impedir a chamada "pescação probatória", ou seja, a produção indiscriminada de provas, violando, muitas vezes, o devido processo legal.

O documento de Izalci será apresentado na próxima terça-feira à CPMI, juntamente com o relatório oficial, da relatora Eliziane Gama (PSD-MA), e um segundo relatório alternativo, do senador Magno Malta (PL-ES) — que também deve pedir a responsabilização de Flávio Dino e do governo federal. Desde os ataques de 8 de janeiro, perpetrados por extremistas, a oposição tenta emplacar a tese de que integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva foram omissos com os ataques, o que ainda não foi comprovado.

"Acabei de protocolar o meu

relatório da CPMI de 8 de janeiro, mostrando, principalmente, as omissões do 8/1", escreveu Izalci em sua conta do X, antigo Twitter. "Em toda comissão de investigação que participei fiz questão de apresentar um relatório paralelo", acrescentou o parlamentar após explicar, em linhas gerais, o teor do documento.

## Negligência

Ao todo, o relatório é dividido em seis volumes, que reúnem os depoimentos prestados no colegiado e os documentos coletados, inclusive aqueles sob sigilo. Para o tucano, Dino não agiu para impedir os ataques mesmo tendo recebido informações antecipadas sobre o risco da invasão;

o ministro nega. Izalci também questiona o desaparecimento das imagens internas do Palácio da Justiça, solicitadas pela CPMI a Dino, e defende que o ministro ocultou as informações. O ex-governador do Maranhão, porém, afirma que as imagens foram deletadas pela companhia terceirizada responsável pelas gravações, que já teve o contrato rompido.

"Ora, ora, ora... seria cômico se não fosse trágico esse enredo... De duas uma, ou os auxiliares do presidente Lula, o ministro da Justiça, Flávio Dino, e o ex-ministro do GSI Gonçalves Dias, foram completamente incompetentes e negligentes, pois sabiam de tudo e não repassaram informações de tamanha importância ao presidente da

República, ou o presidente Lula também sabia de tudo e preferiu não fazer nada como os seus subordinados... Ou seja, deixaram acontecer os atos de vandalismo muito provavelmente em razão de benefícios políticos", escreveu Izalci no relatório, citando a viagem do presidente a Araraquara, interior de São Paulo, no dia dos ataques. Para o senador, Lula já sabia do risco antes de embarcar.

A Flávio Dino, Izalci pede ao MPF indiciamento por omissão imprópria, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, prevaricação, obstrução de Justiça por fraude processual, obstrução de Justiça por favorecimento pessoal, desobediência, crime de responsabilidade e improbidade administrativa. Já para

Gonçalves Dias, os crimes citados são de falso testemunho, obstrução de Justiça por fraude processual, obstrução de Justiça por favorecimento pessoal e falsificação de documento público.

Procurado pela reportagem, o ministro Dino não se manifestou sobre o relatório até o fechamento desta edição. Na terça-feira, o primeiro relatório apresentado será o da relatora Eliziane Gama, que não terá limite de tempo para a leitura do parecer. Depois, será lido o voto em separado da oposição, de autoria de Magno Malta. O presidente do colegiado, Arthur Maia (União-BA), ainda definirá como será a leitura do voto de Izalci. A expectativa é que a votação ocorra apenas na quarta-feira, caso haja pedido de vista dos parlamentares.

## Moraes vota para condenar 8

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, ontem, os julgamentos dos bolsonaristas envolvidos nos atos golpistas do dia 8 de janeiro. São oito ações penais em votação no plenário virtual. O ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos, abriu os votos e defendeu as condenações de todos os réus, que estão presos preventivamente. As penas propostas variam entre 3 e 17 anos. Os réus são acusados de participação direta na invasão e depredação do Palácio do Planalto.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) imputa cinco crimes: associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e deterioração de patrimônio tombado.

Os réus são: Raquel de Souza, 50 anos, de Joinville (SC), cozinheira; Felipe Feres, 37, de Brasília, professor de Educação Física; Cibele da Piedade Ribeiro, 60, de São Paulo, professora aposentada; Charles Rodrigues, 42, da Serra (ES), pedreiro; Orlando Ribeiro Júnior, 55, de Londrina (PR), desempregado; Gilberto Ackermann, 49, de Balneário Camboriú (SC), corretor de seguros; Fernando Feitosa, 28, de São Paulo, psicólogo; e Fernando da Silva, 27, de Nova Iguaçu (RJ), operador de caixa de supermercado.

É a terceira leva de julgamentos sobre os protestos violentos em Brasília. Os primeiros três réus foram julgados no plenário físico do STF e sentenciados a penas de até 17 anos. O segundo bloco de julgamentos ocorreu no plenário virtual — três bolsonaristas foram condenados. Ao todo, são 1.345 manifestantes no banco dos réus por envolvimento nos atos golpistas.